

PÓLEMO

PANORAMA DA TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: Socialismo e Liberalismo

Jorge Antonio Vilella

Mestrando em economia - UnB

Resumo: A definição do pensamento liberal, surgida século XVII, é um conjunto está de princípios e teorias políticas, cujo ponto principal é a defesa da liberdade política e econômica, embora, o livre uso por cada indivíduo de sua propriedade, omite o fato desde a sua origem, nem todos são proprietários de terras e os trabalhadores têm apenas a sua força de trabalho. Nessa sociedade como na atual, nem todos são iguais e nem os bens são comum a todos. Nesse contexto os casamentos foram sobretudo estratégias políticas e econômicas, visando interesses próprios, a liberdade e o exercício da vontade eram tidos como ameaças às “bases” familiares.

Embora desde Platão, chegando a Comte, houvesse o incentivo para que os indivíduos cultivassem o que havia de melhor em si, a imperfeição do “eu” era contida pelo autocontrole, quem era contrário às leis era considerado um pária.

Na contracultura apareceram filósofos como Nietzsche que denunciavam a antropometria da escravização humana, lutando pelo direito à liberdade. Assim nas últimas décadas do século XX, os indivíduos conquistam seus espaços diante de valores estancos, tais como o feminismo; a tolerância religiosa; o divórcio; o homossexualismo entre outros.

Palavras Chave: Liberalismo; Socialismo; Globalização; Multiculturalismo.

Abstract: *The definition of liberal thought, which emerged seventeenth century, is a set of principles and political theories, whose main point is the defense of political and economic freedom, though, the free use by each individual of his property, omits the fact that since its origin, not all are landowners and workers have only their labor force. In this society as in the present, not all are equal and not the goods are common to all. In this context marriages were mainly political and economic strategies aimed own interests, freedom*

and the exercise of the will were seen as threats to family "bases".

Although since Plato, reaching Comte, were the incentive for individuals to cultivate what was best for you, the imperfection of the "I" was contained by self-control, who was contrary to the laws was considered a pariah.

In the counterculture appeared philosophers like Nietzsche who denounced the anthropometry of human enslavement, fighting for the right to freedom. So in the last decades of the twentieth century, individuals conquer their spaces before watertight values such as feminism; religious tolerance; the divorce; homosexuality among others.

Keywords: *Liberalism; Socialism; Globalization; Multiculturalism.*

Introdução

F. Engels na obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” observa que a utilização de ferramentas e instrumentos agrícolas pelo “homem” gerou excedentes que propiciaram a acumulação de riquezas, acumulação esta que se cristaliza na instituição social da herança e da família.

O surgimento da família substitui gradualmente a tribo igualitária estabelecendo o homem como chefe limitando a liberdade da mulher a fim de assegurar a herança à descendência do patriarca. Essa desigualdade estabelece a divisão entre a esfera privada (da reprodução), que coube à mulher, e a esfera pública, que coube ao homem.

A família é, portanto, inerentemente desigual. E é também a reprodução ideológica da sociedade de classes. Ou seja, ela reproduz, por um lado, a força de trabalho, por outro lado, as ideias desta sociedade (incluindo o machismo).

O patriarcado é o produto Histórico que resultou do desenvolvimento das instituições sociais, herança e família, que são indissociáveis

PANORAMA DA TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: Socialismo e Liberalismo

da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes sociais.

Assim sendo, embora a condição feminina, e das minorias em geral, tenha sido modificada um pouco por todo o mundo durante o século passado, a recente crise do capitalismo veio fazer regredir muitas das conquistas anteriores e expor o patriarcado, que nunca deixou de existir mesmo no capitalismo.

A opressão, produto das instituições injustas, explora as mulheres e as minorias, através do discurso de igualdade, consumo e de bem estar, alienando-os da triste realidade. Assim, a alternativa dessas minorias terá necessariamente de ser classista e anticapitalista. Não é possível conceber o capitalismo sem o domínio masculino, como não é possível conceber o socialismo sem igualdade de gênero e raças.

Marx e Engels, já no século XIX, fazem um diagnóstico da interdependência das nações e da queda das barreiras nacionais provocadas pela expansão do capitalismo, que culmina com o processo de globalização, vivenciado atualmente.

[...] Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias vindas das regiões mais distantes, e cujos problemas produtos se consome não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si

próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma interdependência das nações. E isto se refere tanto a produção material como a produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação torna-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal (MARX e ENGELS, s/d, p. 26).

Esta expansão ocorre nos planos político, econômico e social. Alguns fatores importantes para essa difusão foram: a queda do Muro de Berlim em 1989; o fim da Guerra Fria, a desintegração da União Soviética e o conseqüente desmantelamento do modelo de socialismo real, o grande desenvolvimento tecnológico e a reorganização do capitalismo em sua forma atual, o neoliberalismo.

Jürgen Habermas, no seu livro *Técnica e Ciência como "Ideologia"* descreve o processo pelo qual os trabalhadores, mediante melhorias de condições de vida e acesso ao consumo, abdicam a reivindicações de seus direitos sendo essa alienação produto do discurso de interesses da ciência, para a dominação.

Os pontos de vista específicos sob os quais concebemos necessária e transcendentalmente a realidade estabelecem três categorias de saber possível: informações que alargam o nosso poder de disposição técnica; interpretações, que possibilitam uma orientação sob tradições comuns; e análises, que emancipam a consciência de sua dependência relativamente a poderes hipostasiados. Estes pontos de vista derivam da conexão de interesses de uma espécie que, por natureza, está vinculada a determinados meios de socialização: ao trabalho, à linguagem e à dominação. O gênero humano assegura a sua existência em sistemas de trabalho social e de autoafirmação violentas; graças a uma convivência mediada pela tradição da linguagem ordinária; e, por fim. Com a ajuda de identidades do eu que consolidam de novo a consciência do indivíduo em relação às normas do grupo em cada estágio

PANORAMA DA TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: Socialismo e Liberalismo

da individualização. Assim, os interesses que guiam o conhecimento aderem às funções de um eu que, nos processos de aprendizagem, se adapta às suas condições externas de vida; que se exercita, mediante processos formativos, no nexo de comunicação de um modo social da vida; e que constrói uma identidade no conflito entre as pretensões do impulso e as coações sociais. Estas realizações incidem, por seu turno, nas forças produtivas que uma sociedade acumula; na tradição cultural, a partir da qual uma sociedade se interpreta; e nas legitimações que uma sociedade aceita ou pratica. Portanto *a minha terceira tese soa do seguinte modo: os interesses que guiam o conhecimento constituem-se no meio do trabalho, da linguagem e da dominação.* (HABERMAS, 1968, p. 143)

Desenvolvimento

Partindo da ética do discurso de Habermas, Young defende um novo paradigma centrado no contexto social e institucional no qual se formam os padrões distributivos, incluindo aspectos políticos, econômicos e simbólicos ou culturais. Para ela, a opressão impede o autodesenvolvimento e a própria capacidade dos indivíduos para exprimirem os seus interesses, necessidades e sentimentos, sendo característica de uma comunidade injusta. (YOUNG, 1990)

As modalidades da opressão podem ser divididas em categorias: exploração econômica, marginalização, carência de poder, imperialismo cultural e violência. Os grupos oprimidos podem ser minorias étnicas, mas também as mulheres, os homossexuais, as pessoas idosas, os deficientes, entre outros, e sofrem de uma ou várias modalidades de opressão. “A libertação da opressão é a construção da justiça através da política e não se opera pela supressão da diferença dos grupos oprimidos face à maioria, mas antes pela afirmação dessa diferença e pela participação desses grupos na

vida pública” (YOUNG, 1990). A política da diferença defendida por Young abre a possibilidade de um tratamento diferencial dos grupos oprimidos e estigmatizados, de modo a favorecer a sua inclusão.

Os direitos humanos universais são omissos quanto a definição de uma língua oficial onde coexistem diversas manifestações linguísticas. Uma minoria cultural se verá ameaçada com a exclusão de um dos seus elementos mais básicos, a língua.

Compreender o significado de uma prática social, portanto, requer que compreendamos este ‘léxico compartilhado’; quer dizer, compreender a língua e a história que compõem dito léxico. Que uma linha de conduta tenha algum significado para nós depende de se – e de como – nossa língua nos faz ver claramente a importância dessa atividade. E a maneira em que a linguagem nos representa claramente estas atividades está conformada por nossa história, por nossas ‘tradições e convenções’. A compreensão de estas narrativas culturais é uma condição prévia para fazer juízos inteligentes sobre como dirigir nossas vidas. (KYMLICKA, 1996, p. 120).

As culturas são importantes porque possibilitam o acesso a questões centrais que permitem que indivíduos possam escolher opções significativas. Além disso, para que o indivíduo possa decidir é preciso que tenha capacidade reflexiva razoável. Tal capacidade é adquirida no interior de uma cultura societal. Por fim, depois de ter as condições para decidir, é fundamental que o indivíduo tenha liberdade de expressão e de associação para que possa expressar sua decisão

A construção de uma concepção multicultural de direitos humanos fundada em uma fusão de horizontes permitiria que se estabelecessem princípios válidos de forma universal, sem nenhum tipo de imposição cultural.

PANORAMA DA TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: Socialismo e Liberalismo

Kymlicka propõem que tratemos de maneira equitativa a complementação entre direitos humanos e direitos das minorias.

Em um Estado multicultural, uma teoria da justiça profunda incluirá tanto direitos universais, atribuídos aos indivíduos independentemente de sua filiação de grupo, como determinados direitos diferenciados de grupo, ou seja, um 'status especial' para as culturas minoritárias. (1996, p. 18).

Para sustentar essa proposição, Kymlicka diferencia direitos de proteção externa de restrições internas. As restrições internas são o uso do poder do Estado ou do poder de uma autoridade para restringir liberdades individuais aos membros de uma determinada comunidade, que contraria os princípios do liberalismo. Por outro lado as proteções externas visam garantir a existência e a identidade de grupos étnicos minoritários, protegendo-os de ações externas, ou seja, de grupos majoritários, que poderiam ser destrutivas.

Assim, somente as proteções externas estão de acordo com os princípios liberais, devendo ser afirmadas pelos teóricos liberais. As restrições externas permitem a sobrevivência de minorias culturais, e, conseqüentemente, a liberdade individual de seus membros de levarem adiante as tradições de seus grupos. Do outro lado, as restrições internas violam o princípio da liberdade individual de escolher pelo pertencimento ou não a uma determinada cultura.

Confirma-se que direitos humanos básicos não são suficientes quando tratamos do multiculturalismo, seria necessário que se aliem direitos humanos com políticas de proteção cultural.

Para o filósofo canadense Charles Taylor, a formação da identidade humana, tanto em nível individual quanto em nível grupal, está estritamente ligada ao reconhecimento ou a sua

ausência. Essa tese é apresentada a partir do entendimento que nossa identidade é dialógica, ou seja, é formada no diálogo com o outro, desde nossos pais até as concepções mais gerais presentes em uma sociedade. Nesse sentido, o não reconhecimento pode causar graves danos à identidade de um indivíduo, bem como, de uma comunidade inteira. Fanon, na obra *Os Condenados da terra*, apresenta essa problemática:

O interesse desse período [de colonização] é que o opressor não chegue a se satisfazer com a inexistência objetiva da nação e da cultura oprimidas. Envidam-se todos os esforços para levar o colonizado a confessar a inferioridade de sua cultura transformada em condutas instintivas, a reconhecer a irrealdade de sua nação e finalmente, o caráter inorganizado e inacabado de sua própria estrutura biológica. (1979, p. 198).

O colonizado necessita expurgar a imagem depreciativa que lhe foi imposta, e que ocorrerá no interior da sociedade política, pelo reconhecimento.

A partir da queda das hierarquias sociais e da noção de autenticidade a discussão em torno do reconhecimento se intensificou, visto que necessitamos do diálogo e conseqüente reconhecimento do outro para formarmos nossa identidade. Não estamos afirmando que não existissem problemas com relação à identidade antes da modernidade, mas que falhas no processo de reconhecimento eram praticamente nulas, ao contrário do que moderna e contemporaneamente. A partir da modernidade se fez necessária uma tematização sistemática desse tema uma vez que necessitamos do reconhecimento dos nossos pares.

A importância do reconhecimento é agora universalmente reconhecida de uma ou de outra forma; no plano íntimo, todos sabem que a identidade pode ser formada ou mal formada no curso de nosso contato com

PANORAMA DA TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: Socialismo e Liberalismo

outros significativos. No plano social, temos uma política contínua de igual reconhecimento. Ambos os planos foram moldados pelo ideal crescente de autenticidade, e o reconhecimento desempenha um papel essencial na cultura que surgiu ao redor desse ideal. (TAYLOR, 2000, p. 249).

As diferenças devem ser incentivadas de forma que possam contribuir com a sociedade por meio destas mesmas diferenciações. Mas essa diferença também ganha significação moral, pois é importante que cada sociedade viva de acordo com aquilo que lhe é original. Esse processo gera inúmeras tensões e problemas políticos à sociedade que precisa, ao mesmo tempo, respeitar as diferenças e a dignidade inerente a todo ser humano. Essa é uma discussão que perpassa toda a modernidade e ainda está latente no debate filosófico: como conciliar liberdade e igualdade?

Kant é o primeiro filósofo a tratar de forma sistemática a questão da dignidade humana. Para ele somente o agente racional é capaz de se orientar por princípios e é isso que lhe garante igual dignidade. Kant busca um elemento comum na natureza humana que permita afirmar a universalidade da dignidade. O princípio da igual dignidade critica o princípio da diferença no sentido de que esse violaria o princípio da não discriminação. Por sua vez, o princípio da diferença critica o da igualdade na medida em que esse negaria a identidade e imporiam um modo homogêneo de ser, impedindo o desenvolvimento das particularidades.

Tal crítica pode ser aprofundada no momento que se considera que a própria ideia de universalidade é fruto de uma cultura específica.

A acusação lançada pelas modalidades mais radicais da política da diferença é a de que os liberalismos cegos são eles mesmos reflexo

de culturas particulares. E o pensamento preocupante é de que essa tendenciosidade possa não ser apenas uma fraqueza das teorias até agora propostas, de que a própria ideia de tal liberalismo possa ser uma espécie de contradição pragmática, um particularismo mascarado de universal. (TAYLOR, 2000, p. 254).

Conclusão

O liberalismo não poderia se outorgar um caráter universal, já que seria também fruto de uma cultura específica. Assim o não é um terreno neutro, o que nos leva a concluir que não é possível construir uma sociedade multicultural a partir de princípios liberais, uma vez que privilegia o individualismo, que concebe de forma errônea o caráter próprio das ações e dos bens coletivos.

O Socialismo se apresenta como alternativa viável por apresentar um discurso de igualdade de gênero e raças, minimizando o individualismo preconizado pelo liberalismo.

Em *Ideologia da Sociedade Industrial*, Marcuse também critica o racionalismo do mundo moderno, e procura delinear uma maneira de caminhar para longe dele. Isso se daria se as pessoas colocadas em situação marginal de desprezo pela sociedade ou que não puderam ser beneficiadas, contestassem. Em outra direção estaria o avanço tecnológico extremo, acarretando, conseqüentemente, os efeitos revolucionários.

A sociedade moderna tem um mal que parece infundável, o pensamento mercantilista dominante; essa mentalidade está representada na esfera econômica pelo valor de troca, que se relaciona intimamente com as esferas alienantes. Caso a tecnologia se desenvolvesse de maneira extrema, “a forma de produção assente no valor de troca sucumbirá”. É possível que a própria

PANORAMA DA TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: Socialismo e Liberalismo

sociedade, diante desse contexto, reprima esses avanços?

Referências bibliográficas

DORIA, F. A. Marcuse: *Vida e Obra*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor S.A. / Paz e Terra, 1974.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Trad. de José Laurêncio de Melo. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1979.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência como “Ideologia”. Tradução Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2002. 1968

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 2007.

KYMLICKA, Will. Filosofia política contemporânea. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*. Trad. Talyta Carvalho. São Paulo: É realizações, 2011.

_____. *As fontes do self- a construção da identidade moderna*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. 3º ed. São Paulo: edições Loyola, 2011.

_____. *Argumentos filosóficos*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo; Edições Loyola, 2000.

_____. *Imaginários sociais modernos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: edições texto e grafia, 2010.

_____. *Multiculturalismo*. Trad. de Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

_____. *Uma Era Secular*. Trad. Nélio Schneider e Luzia Araújo. São Leopoldo: editora Unisinos, 2010.

YOUNG, IRIS M. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.